

# A RELAÇÃO DA MECANIZAÇÃO DO CAMPO COM A CONTINUAÇÃO DA FOME NO NORDESTE BRASILEIRO

## THE RELATIONSHIP OF FIELD MECHANIZATION WITH THE CONTINUATION OF HUNGER IN NORTHEAST BRAZIL

Bruno José Santana Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** A fome não é um tema que surgiu há pouco tempo, há várias décadas esse problema está presente na vida de milhões de pessoas, sendo, no Brasil, as Regiões Norte e Nordeste onde esse fenômeno mais aparece, sendo necessário o entendimento da população dos motivos que fizeram da Região Nordeste o local onde a fome acompanha muitas crianças e adultos. Dessa maneira, o objetivo deste artigo é desmistificar que a fome na Região Nordeste é justificada pela seca que há nesta localidade, pois ideias como estas foram usadas e ainda são para colocar a fome como um processo natural e consequência do clima semiárido que está presente principalmente no Sertão Nordestino. Com isso, a pesquisa pretende mostrar que a Geografia não trata a fome na perspectiva natural determinista o qual por muito tempo foi colocada como verdadeira. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica de diversos autores que debateram e debatem sobre as causas da fome para justificar o posicionamento crítico e a relação da pobreza no Brasil, especificamente no Nordeste, com os fenômenos históricos e sociais, bem como do modelo de agronegócio que ainda vigora em território nacional.

**Palavras-chave:** Fome. Agronegócio. Pobreza. Latifúndio.

**Abstract:** Hunger is not a topic that emerged recently, for several decades this problem has been present in the lives of millions of people, and in Brazil, the North and Northeast regions are where this phenomenon appears the most, and it is necessary for the population to understand what made the Northeast Region, which is the Brazilian region chosen for this article, to be a place where hunger accompanies many children and adults. In this way, the objective of this article is to demystify that hunger in the Northeast Region is justified by the drought that exists in this locality, as ideas like these were used and still are to place hunger as a natural process and a consequence of the semi-arid climate that is present mainly in the Northeast Sertão. With this, the research intends to show that Geography does not treat hunger in the deterministic natural perspective which for a long time was considered true. For this, a bibliographic review of several authors who debated and debated on the causes of hunger was carried out to justify the critical position and the relationship of poverty in Brazil, specifically in the Northeast, with historical and social phenomena, as well as the model of agribusiness, still in force in the country.

**Keywords:** Hungry. Agribusiness. Poverty. Large estate.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar que a fome não é um problema de caráter natural, mas, sim, de caráter social, pois com a introdução da Revolução Verde ou da mecanização do campo mudou-se toda uma dinâmica de produção de alimentos.

---

<sup>1</sup>Acadêmico do curso Geografia da Instituição de Ensino Superior (AGES) da rede Ânima Educação. E-mail: brunoe@academico.uniages.edu.br. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Geografia da Instituição de Ensino Superior (AGES) da rede Ânima Educação. 2022. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Gabriela Lima dos Santos, Mestra em Ensino das Ciências Ambientais PROFCIAMB/UFS.

Foi feita uma delimitação regional, escolhido o Nordeste por conta da sua forte presença da fome, que muitos associam à seca que a Região sofre, sendo o clima e solo justificativas para a existência da fome. Muitos estudiosos, porém, ao analisarem a fome fazem recortes de políticas governamentais ou apenas em épocas que a fome esteve mais abundante, ora ignorando as causas históricas, ora escondendo reais motivos da permanência da fome na atualidade. Estudos mais completos, todavia, são datadas do século XX e não analisam a realidade atual.

Por isso, essa pesquisa busca compreender os processos históricos da fome no Nordeste brasileiro, desde a cultura de plantio e comércio impregnada pela invasão portuguesa principalmente pós introdução do maquinário no campo, cuja monocultura e formação de latifúndios foi intensa e existe até os dias atuais.

Na região litorânea, a fome era causada pela ação humana naquele espaço, onde a produção era organizada para atender as necessidades de acumulação do capital dos grandes latifundiários monocultores e exportadores da cana-de-açúcar, não permitindo a produção e a cultura de alimentos essenciais para a saúde e o desenvolvimento da população (SANTOS, 2021, p. 7).

Ao longo do trabalho será utilizado as contribuições de alguns autores com arcabouço teórico bastante importantes, dentre eles, o mais importante para a construção, Josué de Castro (1984). Sendo este o geógrafo referência quando a temática é a fome como construção social. A pesquisa procura compreender como o aumento da produção de alimentos não significou exclusão da fome no cenário nacional, principalmente quando falamos nas grandes extensões de terra que o Brasil possui para plantio, além de climas e solos diferenciados que são propícios para a produção de uma grande variedade alimentícia. Desse modo, busca-se alguns motivos ou respostas sobre como o aumento da produção com a mecanização, inclusive no Nordeste, não teve como resultado a extinção da fome para a população local.

A fome na Amazônia decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos. Já no Nordeste o fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares (CASTRO, 1984, p. 106).

O problema do Brasil não é quanto é plantado, pois com as inovações tecnológicas, cabe destacar que são estrangeiras, promoveram o aumento na quantidade de alimentos produzidos no setor primário da economia, mas não anularam a fome, pois a lógica do capitalismo e do mercado consumidor é de compra e venda principalmente para o mercado externo e o problema maior são o tipo de alimento que o agronegócio mais valoriza, a soja e o milho, ambos destinados às indústrias ou pecuária e não para a alimentação humana (TEIXEIRA, 2022).

Outro ponto destacado é de se analisar como a fome é construída socialmente, e não naturalmente, e como ela afeta a vida das pessoas, já que quem passa fome é quem não tem renda suficiente para adquirir alimentos, por isso reflete no modo de vida da população, geralmente forçando certos hábitos culturais que são tratados como naturais, gerando uma série de consequências.

Na linha de compreender os sistemas que geram e produzem a fome, tomando como exemplo a classe operária do Recife, Josué de Castro apontou os processos desordenados de urbanização e marginalização de parte da população, residente em mocambos localizados nos mangues e periferia da cidade, fuga das secas periódicas do sertão nordestino e dos salários insuficientes das usinas açucareiras (FRUTUOSO; VIANA, 2021, p. 4).

Cabe destacar que a fome não é algo determinado por um viés único, desempregados e pessoas que não possuem terras para cultivar seu próprio alimento são vulneráveis socialmente e economicamente e, portanto, podem, infelizmente, estarem mais próximas a passar fome. Nesse trabalho, as análises feitas partem de um conjunto de fatores interligados que envolvem perspectivas históricas desde a colonização até os dias atuais. Além disso, tratar da fome também envolve o modo do capitalismo que o Brasil e a maior parte do mundo está inserido, bem como suas nuances de mercado entre importação, exportação, destino do que é produzido e sua distribuição irregular, bem como o problema das concentrações fundiárias e de renda.

A inconstância do alimento para o indivíduo, produz incerteza ou insegurança de viver e medo da fome, cuja realidade está associada inevitavelmente à outras faltas sociais. Resumidamente, entende-se que a posição que o indivíduo ocupa no processo produtivo determina sua condição alimentar. Então, a fome é uma questão política em qualquer que seja a sociedade [...] (FREITAS; PENA, 2020, p.36).

A importância de se pesquisar e entender a dinâmica da fome atualmente faz com que possamos olhar de maneira mais crítica para a realidade e entender que nem sempre o que nos contam é verdade, assim como o que escondem pode ser muito. Assim, é preciso esse estudo, aqui feito, para compreender os dilemas sociais para além do que já se sabe, entender de forma mais abrangente a fome e suas consequências no espaço geográfico e como toda uma estrutura do território nas questões econômicas e da cultura de plantio influenciam na questão de distribuição e alimentação.

Na pesquisa foi levantada a hipótese que o Nordeste é um dos mais prejudicados na questão da fome não por questões naturais, mas por questões sociais que vão desde a invasão e exploração desenfreada portuguesa, como a corrupção exacerbada de políticos que não fazem políticas públicas eficazes, aproveitando-se da fragilidade da população para se reeleger, e utilizando falsas ideias para justificar a fome, como a questão agrária que não seria favorável ao solo e clima da região, o que não é verídico, já que isso não justifica em nada com a gama de tecnologias à disposição para produzir em grande escala em qualquer característica topográfica. Josué de Castro na sua obra “Geografia da fome” possui um grande arcabouço teórico que mostra como a fome é uma construção social que a própria sociedade criou, e não algo natural, que exista de forma distante da sociedade, principalmente na atualidade.

Ainda, o maior problema está relacionado a distribuição de renda muito desigual que faz aumentar o nível de pobreza da população que, infelizmente, não possui renda suficiente para o poder de compra e acaba por ficar sujeito à fome ou à desnutrição ou insuficiência alimentar. Outro problema de desigualdade é a distribuição de terras, no qual os grandes proprietários possuem grandes extensões de terras para a monocultura, deixando o pequeno produtor sem terras suficiente para seu sustento e de sua família, forçando movimentos migratórios intensos em busca de algum trabalho que lhe ofereça renda, surgindo ou agravando a fome.

## **2 METODOLOGIA**

Para a realização da pesquisa foi necessária a utilização de uma série de mecanismos específicos que entrem em acordo com o tema escolhido. Pois, para alcançar os objetivos elencados e estudar o tema é importante escolher as bases teóricas que entrem em consonância com todos os pontos do trabalho. Neste sentido, a pesquisa foi descritiva porque analisou duas variáveis, uma é a mecanização do campo e produção alimentar, a outra é a continuação da fome, além de observar características do grupo estudado. Além disso, a pesquisa também foi explicativa porque foi analisada a fome no Nordeste para entender as causas, os fatores dessa região ser uma das mais cometida pela fome no Brasil, além, é claro, de estudar as

consequências desse fenômeno para a sociedade. Em relação a esses níveis de conhecimento, Gil (2002) diz que a pesquisa descritiva é aquela que analisa a relação de variáveis e estuda características de um grupo. Já a pesquisa explicativa, segundo ele, é mais abrangente pois busca os porquês dos fenômenos, as razões para os acontecimentos.

Em relação ao tipo de investigação para analisar o fenômeno da fome será preciso aprofundar-se na temática de modo a enxergar a realidade vivenciadas pelas pessoas que passam por esse fenômeno perverso, como também descrever como ele estará sendo observado. No que se refere à profundidade da pesquisa, foi realizada a pesquisa bibliográfica pois foi utilizado de trabalhos já realizados para analisar dados e mazelas sociais que a fome carrega ao decorrer das décadas, pois é preciso estudar o passado para entender o presente.

Para realizar essa pesquisa o método escolhido foi o hipotético-dedutivo pois foram formuladas algumas hipóteses acerca das variáveis do tema que, a partir dos estudos bibliográficos serão analisadas para serem afirmadas ou falseadas através da observação. Há uma busca por soluções ou mitigações a partir das hipóteses levantadas, mas, para isso, foi necessário observar o fenômeno e só depois rever se os levantamentos realizados estavam corretos. O método hipotético-dedutivo é aquele que parte de questionamentos, de fatores ainda não tão conhecidos para formular hipóteses e depois com base na dedução vai encontrar fenômenos que confirmem ou não a hipótese. (MARCONI; LAKATOS, 2001).

### **3 A GRANDE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS X CONTINUAÇÃO DA FOME**

Com a introdução da mecanização do campo a partir dos anos de 1960 a agricultura passou a produzir mais em menos tempo, com a introdução de tecnologias que agilizam o processo, desde a preparação do solo, o plantio, adubação, controle de pragas e colheita. E a partir da chamada Revolução verde, que se traduz ao melhoramento genético de sementes, introdução do maquinário e outras tecnologias no campo, que fez a produção dar grandes saltos na quantidade e qualidade do que é produzido. Porém, essa mecanização do campo veio acompanhada das desigualdades que o campo já enfrentava, aumentando assim o desemprego e favorecendo o agronegócio em detrimento da agricultura praticada em pequenas propriedades por pequenos trabalhadores rurais, a agricultura familiar. Conforme Peneluc (2016) afirma, a produção aumentou sim mas também algumas desigualdades de renda, concentração fundiária e pobreza de muitos trabalhadores que dependiam do trabalho manual, agora substituído por máquinas que fazem em menos tempo e é mais econômico, já que a mão de obra é cara. Assim, já se obtém uma perspectiva forte sobre a fome, o desemprego da população, principalmente com pouca alfabetização, que dependiam principalmente da colheita de suas terras para conseguir se alimentar e com técnicas mais tradicionais de cultivo.

O modelo de negócio agrícola possui uma quantidade mínima de tecnologia nacional, contribuiu com o desemprego e a diminuição de renda, refletiu no crescimento da pobreza e por conseguinte, da Insegurança Alimentar (IA); contribuiu com a perda da Soberania Alimentar; além de ser ambientalmente nocivo pelo uso intensivo de recursos naturais e de agrotóxicos (ALMEIDA, 2022, p. 9).

A agricultura está produzindo muito, mas essa produção não reflete em melhorias sociais mesmo que reflita nas questões econômicas, pois um país pode ser muito rico mediante os números do Produto Interno Bruto (PIB), mas não significa que os aspectos sociais estão melhorando. Além disso, o modelo agrícola empregado no Brasil baseado na política de exportação não garante que o que é produzido chegue à mesa dos brasileiros. Há, portanto, duas perspectivas de análise, a de um país que produz muito, alimentando milhões de pessoas pelo mundo, e a outra de que os próprios habitantes desse território agrícola imenso ainda passam fome.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), lançado em 2016, o mundo atualmente produz alimentos suficiente para alimentar toda a população mundial, graças a mecanização do campo que proveu um salto gigante no que concerne a produção de alimentos em curto espaço de tempo e menores espaços geográficos, diminuindo em mais de 100 milhões no número de pessoas que passam fome no mundo. Porém, se observa ainda, mesmo em números menores, a continuação da fome em todo o mundo, no qual há mais de 800 milhões de pessoas em condições de fome extrema ou subnutridas. Conforme Peneluc (2016), o problema envolve muitas questões históricas, políticas e econômicas. O autor destaca o ponto da modernização da agricultura como um fator que contribuiu para esses números diminuírem, mas crítica o fato da agricultura, principalmente em países emergentes ser majoritariamente em favorecimento do mercado externo com plantio a partir da monocultura. Para ele, esses fatores fazem dificultar a aquisição de alimentos por grande parte da população e aumentar as desigualdades do país.

Evidentemente a fome no mundo não dá para ser explicada seguindo apenas uma linha de raciocínio, pois ela envolve questões que vão desde a má distribuição de renda e alimentos nas partes do mundo, como a acentuação da pobreza e a dinâmica do mundo globalizado, no qual a população cresceu absurdamente e as desigualdades também. Neste viés, como a FAO afirmou no mundo já se produz alimento suficiente, mesmo com a população bastante acentuada, e com crescimento elevado observado pós Segunda Guerra Mundial, mas a má distribuição e a pobreza fazem ainda existir fome, principalmente em países de economia fragilizada como países da África Subsaariana e acometidos por guerras como na região do Oriente Médio.

Essa má distribuição de alimentos é recorrente no mundo cada vez mais capitalista, onde o poder de compra de uma população depende de diversos fatores econômicos desde o PIB, inflação, juros bases, industrialização e relações diplomáticas entre os países. Há países com pouca população, mas com economia alta, o que faz comprar bastante alimento produzido em outro lugar a preços baixos, enquanto os próprios habitantes ficam sujeitos a adquirir os mesmos produtos com preços mais elevados, respeitando a lógica do mercado capitalista, vende-se barato para o melhor mercado e assim fidelizar “clientes”.

Com os avanços tecnológicos no setor agrícola e na produção de alimentos, vivemos em tempos em que sua oferta é maior que sua demanda; trazendo não somente a questão da distribuição desigual de alimentos como também, comprovando que as concentrações de riquezas e exploração dos trabalhadores, herança do colonialismo e hoje produto do capitalismo, produziram e produzem até hoje esse flagelo social (ALMEIDA, 2022, p. 32).

O Brasil é um dos países com a maior concentração de renda e fundiária do mundo, explicado pelo modelo de colonização de exploração que sofremos pelos europeus e também pelos anos posteriores cuja política brasileira sempre foi favorável à elite desprestigiando e marginalizando os mais pobres da sociedade. Por isso, muitas pessoas se quer tem faixas de terras para desenvolver à agricultura e assim ter algo para comer todos os dias. A história brasileira foi marcada por desapropriação e expulsão de pessoas do campo pelos grandes fazendeiros que tinham como objetivo expandir suas terras plantáveis, além de expulsar o pequeno agricultor ainda o explorava com baixos salários sendo comum trabalhos análogos à escravidão pós abolição em 1888.

#### **4 A FOME NO NORDESTE BRASILEIRO**

Durante muito tempo a fome no Nordeste foi tratada com caráter determinista, isto é, a fome existia nesta região devido condições naturais do clima e solo da região. Esse retrato do

Nordeste como região arrasada pela seca e semiaridez é bem antigo e remete a vários relatos de viagem. Entretanto, convém destacar que o Nordeste foi a primeira região a ser invadida pelos portugueses que logo começaram a destruir áreas próximas ao litoral para exploração do Pau-Brasil e posteriormente para introdução da agricultura. Além disso, o Nordeste é uma das regiões onde a agricultura foi mais intensa ao longo dos séculos, mas os produtos não foram para alimentação humana, dentre os mais importantes estão a cana de açúcar e o algodão para vender para a indústria do açúcar e da farmacêutica (DANTAS, 2010),

Na região litorânea, a fome era causada pela ação humana naquele espaço, onde a produção era organizada para atender as necessidades de acumulação do capital dos grandes latifundiários monocultores e exportadores da cana-de-açúcar, não permitindo a produção e a cultura de alimentos essenciais para a saúde e o desenvolvimento da população (SANTOS, 2021, p. 7).

Essa produção majoritariamente baseada na cana-de-açúcar promoveu uma das mais famosas comidas do Sertão Nordestino, principalmente daqueles que passavam fome, farinha, produzida a partir da mandioca que também é bastante plantada na região, e o próprio açúcar derivado da cana, essa alimentação percorreu gerações e ainda está presente na sociedade e fortemente associada à fome que tantos nordestinos passaram e ainda passam. Cabe destacar que a própria produção agrícola foi um forte fator para desenvolvimento das regiões no período colonial e imperial do Brasil, cuja região Sudeste cresceu absurdamente em economia graças às grandes plantações de café que desencadeou uma série de mudanças sociais e econômicas como a construção das primeiras ferrovias brasileiras, enquanto o Nordeste ainda continuava com os plantios de cana e a figura dos jugues para transportar essa produção.

Segundo Gonçalves (2004), no Nordeste brasileiro a monocultura é ainda mais presente e há uma intensa produção de alimentos tanto do agronegócio quanto da agricultura familiar. Em relação ao agronegócio, assim como em outras regiões do país, a dinâmica é atender o mercado externo, sempre superando as necessidades internas. Então, mesmo que haja uma produção elevada ela não fica, pelo menos a maioria, para a população local que tem de adquirir o produto importado e/ou industrializado que é mais caro, no qual grande parte da população não consegue usufruir devido as desigualdades de renda. Desse modo, os nordestinos embora produzam muito, o que vai para a indústria como matéria-prima volta para eles mais caro, pelo próprio fator de o produto industrial ter processos mecanizados que encarecem o produto e também, muitas vezes, as indústrias não estarem presente no território local, fruto da negligência de governos e empresários que fizeram de São Paulo e estados vizinhos concentrarem a maior parte das indústrias, fato este que vem aos poucos sendo mudado.

O Nordeste brasileiro passou por processos de mudanças drásticas ao longo da história e é marcado por ser uma região que predomina os grandes latifúndios, no qual os políticos e gestores não fizeram, ou fazem, políticas públicas ou reformas que mudem esse cenário. Para Castro, a fome no Nordeste brasileiro não é fruto exclusivo do clima, mas é uma construção das próprias pessoas que se fixaram nesta região, e das pessoas que se relacionam, sejam políticos ou fazendeiros detentores de grandes propriedades, e até mesmo a massa popular já “acostumada” com esse cenário sociopolítico da fome (CASTRO, 1984).

Poucas regiões do mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempéstiva do colonizador, quase cego às consequências de seu atos, pela paixão desvairada que

dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar (CASTRO, 1984, p. 105).

O clima e o solo são fatores naturais que influenciam sim a produção agropecuária, mas não determinam a fome, pois as técnicas de produção oriundas do desenvolvimento promovido pela mecanização do campo garante técnicas que fazem a produção ser alcançadas em áreas que outrora nem se imaginava produzir. Além disso, tudo que havia aqui foi alterado pelo colonizador que, para alimentar seus interesses, destruir as florestas, mudando o clima local e fazendo a terra ficar mais seca e com menos nutrientes, já que era plantado mais e mais hectares de cana.

Entender a fome vai além do caráter técnico, isto é, da produção de alimentos no mundo, pois, com estudos e dados atuais já foi debatido que a produção alimentícia, atualmente, é suficiente para suprir as necessidades calóricas diárias da atual população mundial, devido ao avanço das tecnologias na agricultura que permitiram um crescimento bastante acentuado no que se refere a produção, em tempo, quantidade e espaço geográfico. Desse modo, a fome vai permear por outros pontos bem mais dominantes, como a concentração de terras existentes em todo mundo e bastante visível no Nordeste brasileiro, que sofre com essa problemática desde a época da invasão portuguesa em seus espaços.

De acordo com Castro (1984) a fome é um fenômeno universal, e não sociedade que ela não exista, mesmo que em muitas nações, principalmente as desenvolvidas, tratam a fome ainda como um tabu e mascara suas questões de fragilidade social, já que, para o autor, a fome é construída na sociedade e para ela, ou seja, não é natural, mas, social. Dessa maneira, as sociedades cercadas de desigualdades fazem a fome ser uma realidade social que agrava o desenvolvimento de uma nação, pois ela envolve tanto questões econômicas quanto culturais, mas, a exemplo do Brasil, não envolve somente questões de natureza geográficas, e sim da formação sociocultural da nação.

## **5 A PRESENÇA DO LATIFÚNDIO E A FORMAÇÃO CULTURAL DA FOME**

Segundo Freyre (1998), é observado uma agricultura no Brasil, principalmente na Região Nordeste, desde a colonização, baseada na monocultura e na presença de latifúndios, e essas características fazem o pequeno trabalhador ficar sujeito ora a não ter meios de produção de subsistência alimentar, ora ficar sujeito a trabalhos braçais pouco remunerados. Trazendo para uma análise mais atual, muito não se mudou, o Nordeste continua com grande presença de latifúndios e com base na produção monocultural de alimentos, visto no agronegócio brasileiro. Essa produção baseada na monocultura não só prejudica o solo devido à perda de nutrientes, mas, também, faz os agricultores quererem atender à demanda do mercado brasileiro, produzir muito de um só produto para vender no mercado externo a um preço acessível aos compradores internacionais que preferem produtos que serão usados na indústria alimentícia, sendo o principal produzido no Brasil, a soja, e no Nordeste, a cana-de-açúcar e o milho, ambos que não servem para alimentar a população nordestina, mas vender para a indústria produzir diversos outros produtos, como amido, óleos e álcool.

Aliás a monocultura latifundiária, mesmo depois de abolida a escravidão, achou jeito de subsistir em alguns pontos do país, ainda mais absorvente e esterilizante do que no antigo regime; e ainda mais feudal nos abusos. Criando um proletariado de condições menos favoráveis de vida do que a massa escrava. Roy Nash ficou surpreso com o fato de haver terras no Brasil, nas mãos de um só homem, maiores que Portugal inteiro (FREYRE, 1998, p.25).

A concentração de terras faz as pessoas não terem terras para produzir seus próprios alimentos e faz aumentar o desemprego no campo, pois com tudo a base de máquinas, o

trabalhador perde espaço nesse processo. Assim, sem emprego significa não ter meios econômicos de garantir uma alimentação adequada ou não conseguir se alimentar suficientemente agravando a problemática da fome para a população rural (PENELUC, 2016).

A homogeneização da produção agrícola introduzida no Brasil, com a onda da Revolução Verde que vinha sendo discutida internacionalmente, resultou também em consequências sociais, como a migração dos pequenos produtores e trabalhadores rurais para as grandes cidades, reflexo da concentração fundiária seguida da exploração dos trabalhadores; o envenenamento dos agricultores; a diminuição da demanda no mercado de trabalho rural e, o assolamento da Soberania Alimentar, consequência do poder das transnacionais sobre a agricultura nacional (ALMEIDA, 2022, p. 22).

A concentração fundiária no Nordeste é tão grave e evidente que uma pessoa apenas pode ser dona de lotes de terras que cabem uma cidade inteira e, algumas vezes, terras essas que outrora pertenciam ao pequeno produtor que ou foi expulso do seu lugar ou tentou mudar de vida mudando-se para as grandes cidades e vendendo suas terras a preços baixíssimos pra fugir da fome, esse fenômeno social foi bastante presente no Brasil durante os anos de 1920 a 1940. Essa concentração de terras se traduz na concentração de renda e também na pobreza que muitos se encontram nos dias atuais.

Outra questão debatida por Freyre (1998) diz respeito a presença da fome a partir do padrão sociocultural que o indivíduo está inserido, no qual as pessoas de baixa renda possuem uma alimentação diferente das donas dos meios de produção. O autor faz uma distinção dos hábitos alimentares, no qual a farinha de mandioca, pouco nutritiva, é direcionada a camada mais pobre, aos trabalhadores livres, enquanto a farinha de trigo, mais nutritiva, é direcionada a população mais abastarda economicamente. Neste sentido pode-se dizer que foi criado um padrão cultural de alimentação o que influencia, também, em como o solo é aproveitado para o plantio e como esse produto in natura será transformado em outro produto com um viés mais industrializado, principalmente nos dias atuais. Essas questões alimentícias de épocas atrás fizeram introduzir uma cultura da forma como nos alimentamos e usamos o produto, o agravante é o mal aproveitamento do alimento e a impregnação em apenas um gênero alimentício, o que dificulta a aquisição das necessidades calóricas, causando insuficiência alimentar podendo se acentuar e causar o fenômeno da fome.

A cultura da fome não se refere às pessoas terem costumes ou aprenderem a passar fome, ela se refere ao fato de que a agricultura desenvolvida na região Nordeste seguiu padrões econômicos que influenciaram na questão do alimento melhor para o rico e alimento menos proteico para o pobre, embora essa perspectiva não seja tão difundida, pode-se observar nos dias atuais poucas plantações de mandioca, e quando há é direcionada ao mercado interno, pois para o agronegócio esse produto não é tão comerciável devido a necessidade de intensa mão de obra. Dessa forma, a fome é amenizada por muitas pessoas que consomem a farinha, mas não atinge a todos e principalmente pelo preço do produto que vem em crescente aumento do seu preço nos últimos anos, tendência geral dos alimentos que não são do interesse do agronegócio.

Evidentemente, entre os países do mundo, o Brasil possui um território com dimensões continentais e imensas áreas para desenvolvimento da agricultura. Todavia, há alguns empecilhos históricos que fazem o uso da terra não ser o mais adequado, como a presença de latifúndios, que são grandes extensões de terras nas mãos de uma única pessoa, e que, geralmente, são áreas improdutivas ou com déficit de produção. Isso produz, por um lado, a concentração fundiária que impede o trabalhador rural de conseguir terras para plantar, e por outro lado favorece a prática do agronegócio em detrimento da agricultura familiar (BLANC, 2014).

**Tabela 01: Alimentos mais produzidos no Brasil em 2015.**

Rank	Alimento	Milhões de toneladas	%
1	Cana	768,09	70,65%
2	Soja	81,72	7,52%
3	Milho	80,27	7,38%
4	Leite de vaca	34,26	3,15%
5	Mandioca	21,48	1,98%
6	Laranja	17,55	1,61%
7	Carne de frango	12,44	1,14%
8	Arroz	11,78	1,08%
9	Carne bovina	9,83	0,90%
10	Banana	6,89	0,63%

Fonte: Dados da FAO de 2016 (adaptado por Farmnews).

No que se refere ao modelo de agricultura implementado em todo o território, desde a invasão portuguesa e sua introdução da agricultura para comércio no século XVI, até os dias atuais, a agricultura em grande escala é aquela realizada pelo agronegócio, este, por sua vez, é um forte indicador de alta produção e mercado externo como potencial comprador dos seus produtos. Além disso, no agronegócio já é visto um problema intrínseco, que é a monocultura, cujo se traduz em produzir um único tipo de alimento, principalmente, grãos, como mostra a tabela 1. Para Peneluc (2016), essa monocultura dos produtos mais plantados nas terras brasileiras faz, sim, a produção ser elevada, mas não que são direcionadas a alimentação humana, e nem para o mercado interno do país.

A produção de alimentos – suficiente para alimentar a população mundial – atende ao comércio internacional, que destina as matérias-primas e os insumos alimentares básicos aos mercados mais lucrativos, como a produção de alimentos para consumo animal e biocombustíveis e o uso na especulação financeira de commodities e controle da balança comercial de exportação/importação (FRUTUOSO; VIANA, 2021, p. 7).

Outro problema a ser debatido acerca da produção de alimentos, é a sua utilização final, isto é, para quem aquele produto seja e para qual finalidade. No atual modelo do agronegócio brasileiro, os produtos plantados, ou advindos da pecuária, são, em sua maioria, ou pelo menos a melhor parte deles, comercializados no mercado externo. Segundo Peneluc (2016), o Brasil comercializa seus produtos advindos da agricultura para fomentar as indústrias que utilizam dessas matérias primas para a produção de combustíveis, óleos, conservantes e outros produtos de caráter industrial.

## **6 AS DESIGUALDADES QUE AGRAVAM A PROBLEMÁTICA DA FOME**

A principal desigualdade que se observa como um agravante para a continuação da fome, principalmente no campo, é a distribuição de terras. Essa má distribuição possui problemas históricos intrínsecos que são pertinentes ao passar do tempo, pois vários governos não realizaram políticas sociais eficazes de distribuição de terras para introdução da agricultura ou pecuária. O ponto mais agravante é que há uma concentração de terras absurda na mão de poucos que muitas vezes não são nem utilizadas para plantio e precisam passar por análises para entrar como terra passível de reforma agrária por não cumprir a função social, que é produzir. Isso faz trabalhadores do campo não terem meios de desenvolver agricultura e acentuar ainda mais a pobreza.

“Josué de Castro toma a reforma agrária como um imperativo econômico, político e social, um princípio para que a massa saísse da ignorância e da miséria, passando a participar ativamente do processo de desenvolvimento do Nordeste e do país, fosse no campo ou na cidade (SANTOS, 2021, p. 9).”

No Brasil, a fome como um tema político, é produto histórico da desigualdade social e econômica como: falta de terra para garantir a sobrevivência; falta de saneamento básico, pois a vida sobre esgotos abertos propicia sinergismo entre parasitas e estado nutricional provocando desnutrição crônica principalmente em menores de cinco anos, uma vez que estão em pleno desenvolvimento; renda insuficiente; desemprego e subemprego entre outros problemas sociais. O desemprego é como uma sombra que cobre o caminho, e resulta no medo de ser invadido pela fome e a morte (FREITAS; PENA, 2020, p. 37).

É importante destacar que as desigualdades sociais têm relação intrínseca com a fome, é a partir dessas desigualdades que o pobre sem educação precisa se sujeitar a trabalhos mal remunerados, com baixo saneamento básico e que mal consegue o básico para sobreviver dignamente como todo ser humano tem direito. Cabe destacar que muitas pessoas que passam fome estão desempregadas e não têm oportunidades que lhe promovam ascensão social que permita sair do quadro grave de pobreza e que livre-se da pior dor, a fome.

Josué de Castro foi pioneiro ao demonstrar que a fome é decorrente das desigualdades sociais, incluindo a distribuição de terras: no cenário supracitado, a lógica latifundiária ocupava os espaços da produção de alimentos para subsistência. Ao mesmo tempo, o autor afirmava a fome como expressão de desigualdades sociais relacionadas a gênero, classe social, idade, grupo étnico e geografia (FRUTUOSO; VIANA, 2021, p. 4).

Segundo Castro (1984) essa concentração fundiária provoca o êxodo rural na medida em que se cresce os latifúndios e há a expulsão dos pequenos donos de terra para aumento das áreas de plantio da monocultura. Isso acentua o quadro de pobreza do homem do campo que, para não morrer de fome, literalmente, vai em busca de emprego em outros espaços, geralmente os grandes centros urbanos. Aumentando assim a problemática urbanização desenfreada e o desemprego.

Para Chaves (1948) outras desigualdades são recorrentes, vistas em alta escala no Nordeste, uma delas são os baixos salários que os trabalhadores recebem e que, por serem bem reduzidos, dificultam a compra de alimentos de alta qualidade ou não são capazes de comprar tudo que necessita, ficando limitado à farinha de mandioca e ao feijão, muitas vezes com preços elevadíssimos impedindo sua aquisição. Outro fator de desigualdade relatado pelo autor é o da educação no qual ele pontua que as taxas de analfabetismo dificultam as oportunidades de emprego, limitando-se à agricultura e trabalho braçal. Fazendo um contraponto com os dias atuais, Peneluc (2016), afirma que no agronegócio não tem mais espaço para trabalhos manuais, já que a dinâmica de agricultura global é cada vez mais utilizar tecnologias no campo em detrimento do trabalho inteiramente humano.

Na medida em que o mundo foi dando saltos gigantescos na produção de alimentos, no desenvolvimento das tecnologias e nas múltiplas informações, muitos conseguiram acompanhar esse ritmo e tirar proveitos dessa globalização, outros, no entanto, ficaram excluídos desse processo devido a fatores, majoritariamente, econômicos. Para uns a globalização foi e é uma possibilidade de ascensão econômica, para outros é uma perversidade que não oferece iguais oportunidades. (SANTOS, 2001).

Essa globalização perversa se apresenta para a população que vive em grandes favelas, para os desempregados, para os que não possuem terra para plantar, enfim, para a população

mais pobre que, embora saibam que existem o alimento nos mercados, padarias, não conseguem comprar os alimentos simplesmente por não ter o capital financeiro para isso.

No Brasil, por exemplo, temos uma concentração de renda absurdamente alta devido a fatores históricos, políticos e econômicos que fazem as pessoas ricas representarem uma parte ínfima da população, enquanto os pobres representam a maior parte. Isso reflete na aquisição de alimentos, pois quanto menos uma família tem de renda menor será sua chance de adquirir os alimentos, muitas vezes caros por serem importados ou por deficiências do governo no controle de produção e demanda, além dele ser um dos agentes negligenciadores dessa desigualdade de renda, pois há poucos ricos e muitos pobres. Os alimentos estão lá para quem tem dinheiro para comprar, essa é a realidade de muitos brasileiros que se quer possuem dinheiro para um prato de feijão, enquanto outros são os donos das grandes lavouras.

Assim, a abundância de alimentos não impede a ocorrência da fome, visto que pessoas podem deixar de se alimentar por diversos motivos, como a falta de renda. Esta pode ser ocasionada por outro grande problema social e econômico que se faz presente em muitas regiões do mundo, o desemprego. Com isso, o cerne da questão está na falta de poder econômico e de liberdade substantiva dos indivíduos para comprar alimento em quantidade adequada, e não na quantidade disponível de alimento [...] (MARTINS, 2022, p. 27-28).

Dizer que a fome é ocasionado pela falta de alimentos provoca um vício para justificar a ocorrência desse fenômeno e mascarar que vivemos em um país desigual, ainda mais quando fala-se em Nordeste, devido ao fato de ser nessa região as maiores concentrações de terras e altos índices de emprego informal, o qual recebem baixos salários que são suficientes para adquirir até mesmo uma cesta básica para durar o mês. Além disso, as políticas de combate à fome no Nordeste brasileiro seguiram a perspectiva de distribuir melhor os alimentos melhorando a renda da população e não com políticas de produzir mais do que já era produzido, sendo esse processo de maior produção natural com as novas técnicas empregadas na agropecuária brasileira (MARTINS, 2022).

A má distribuição dos recursos financeiros agravam o fenômeno da fome, que é, como Castro afirma, uma construção social. É preciso haver políticas públicas de distribuição de renda eficazes que possam mitigar essa concentração de renda, fazendo as pessoas ascenderem economicamente ou conseguirem meios de adquirir seu sustento, principalmente o homem do campo, que é mais propício à pobreza quando não possui terras para desenvolvimento da agricultura. Para essas pessoas resta trabalhar em empregos de remuneração baixa para não passar fome, pois muitas vezes não são atendidas pelas políticas governamentais de combate à fome e à pobreza.

Em condições de extrema vulnerabilidade encontram-se os famintos (sendo os negros os mais atingidos). Como exemplo das precárias condições de vida, antes desta pandemia, uma das opções para enfrentar o desemprego e a fome nos centros urbanos tem sido a economia informal com o pequeno comércio de alimentos e outros objetos de uso cotidiano. [...] São essas pessoas fragilizadas e em situações de risco de fome, sem remuneração permanente, subempregados, pequenos agricultores, grupos étnicos empobrecidos (quilombolas, indígenas) que deveriam estar recebendo melhores e mais amplos benefícios sociais, tais como: bolsa família, restaurantes populares, alimentação escolar no contexto do direito à segurança alimentar e nutricional (FREITAS; PENA, 2020, p. 38).

A vulnerabilidade social atinge ainda mais a população rural sem terras e a população urbana sem empregos, pois de um lado há as pessoas que não podem desenvolver a agricultura familiar e do outro as pessoas que não conseguem colocar comida à mesa ou ao chão, infelizmente muitos comem nas calçadas quando conseguem alimento. Essa conjuntura social é agravada pela falha dos governos em aplicar políticas públicas para quem realmente precisa,

quem passa fome de verdade. No Nordeste, tantos políticos usam a fome para se candidatar com a promessa de acabar com ela, mas o que se vê é sua continuação nas famílias mais pobres da sociedade capitalista e perversa em que vivemos.

A fome tem uma relação direta com as crises econômicas em uma sociedade salarial. Se a forma de acesso a bens e serviços é o salário e a renda, a ausência destes leva a população à situação de fome. No Brasil de 2020 conjugaram-se algumas dessas situações, pois partíamos de uma conjuntura de crise do capital que avançava desde 2008. Em março de 2020, a pesquisa de desemprego do IBGE demonstrava que o Brasil alcançava 14,3 milhões de desempregados e desempregadas. A fome já voltava ao país, os dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios POF (2017-2018) apontavam que a fome voltava a crescer no Brasil desde 2016 (TEIXEIRA, 2022, p. 454).

É imprescindível comentar que nas crises econômicas que o país atravessa, a fome aumenta justamente pelo fato de o alimento ficar mais caro e a população não ter aumento em seus rendimentos, pois até o mesmo o salário mínimo em muitos locais não é suficiente podendo causar insuficiência alimentar. A fome no Nordeste ainda sofre variação de acordo com a colheita, mas o desemprego e a falta de assistência pode percorrer a vida de muitas pessoas por ano e esses dois fenômenos carregam com si a vulnerabilidade e pré-disposição à pobreza e a grande mazela social, a fome.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dilemas sociais que atravessam as diversas gerações são frutos de uma série de questões históricas, a fome é a mais perversa e está relacionado, em grande parte, a pobreza que as pessoas enfrentam decorrente da concentração de renda, desigualdade social, concentração de terras, monopólios, capitalismo perverso, entre tantos outros. Além disso, devido ao Brasil ter sua colonização baseada na exploração dos recursos naturais, uso inadequado do solo e formação de latifúndios, até hoje as consequências se alastram e provocam, principalmente no Nordeste, a falta de terras cultiváveis para o pequeno agricultor desenvolver a agricultura familiar, sendo as terras usadas para aumentar o poder do agronegócio brasileiro, baseado na monocultura.

Esse agronegócio brasileiro influencia muito no Produto Interno Bruto (PIB) do país, embora não reflita diretamente em melhorias sociais, o qual utiliza de muito maquinário no campo em todas as etapas de produção dos alimentos mais plantados nesse tipo de agricultura comercial, a soja e o milho. Essa introdução da mecanização do campo provou uma série de mudanças no campo, como desemprego, migração, déficit em desenvolver a agricultura familiar pela falta de terras em decorrência da expansão de áreas para desenvolver o agronegócio.

A exportação como principal objetivo da agricultura comercial prejudica que os alimentos produzidos vão chegar até à mesa dos Nordestinos, que ainda plantam muita cana-de-açúcar, herança deixada pelos colonizadores portugueses, já que a maior parte da produção vai para a indústria produzir combustíveis ou álcool. Além do milho e soja que vão para a pecuária, para alimentar animais, ou para a indústria, para produzir produtos industrializados. Isto é, enquanto é produzido muito, isso não chega para a população se alimentar, causando fome. Importante ressaltar, também, que o preço dos alimentos não é nada barato e devido as pessoas não terem o dinheiro, não irão conseguir adquirir os produtos. Essa é uma das questões da globalização perversa, há o produto em abundância, mas o poder de compra das pessoas não permitem que elas consumam.

Para a Geografia, essa temática da fome no Nordeste é de extrema importância para todo geógrafo e também para a população entender que não apenas aspectos físicos e naturais do clima semiárido que fazem existir a fome, mas sim um conjunto de fenômenos sociais que

precisam ser combatidos com políticas públicas eficazes de distribuição melhor de alimentos, de renda e de terras, para que a agricultura familiar, que alimenta realmente as pessoas, possa ser fortalecida a partir da reforma agrária e de tantas outras reformas que o Nordeste e o país precisam para, pelo menos, a fome não ser mais nem tabu, nem jogo político, nem realidade na vida da população.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rafaela Silva. **A fome e o sistema econômico agropecuário brasileiro**. Monografia - INSTITUTO DE SAÚDE E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 41. 2022.

BLANC, Fábio. Notas sobre o espaço agrário brasileiro. **Saberes e práticas científicas**, 16, p. 1-13, 2014.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHAVES, Nelson. **A subalimentação no Nordeste brasileiro**. Recife: Imprensa Oficial, 1948.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Mutações no Nordeste brasileiro: reflexão sobre a produção de alimentos e a fome na contemporaneidade. **Revista franco-brasileira de Geografia**, v. 1, p. 1-18, 2010.

FREITAS, Maria do Carmo Soares.; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e pandemia do Covid-19 no Brasil. **Revista de Antropologia e Arqueologia**. v. 8, p. 34-40, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação—uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. 1-14, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista internacional interdisciplinar INTERthesis**, 1, p. 1-55, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Patrícia Olegário. **As políticas de combate a fome no Brasil do século XXI**. Monografia – Universidade Federal do Pampa. Rio Grande do Sul, p. 76. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016.

PENELUC, Magno da Conceição. In: MODERNIZAÇÃO E AGRONEGÓCIO: SOLUÇÃO PARA A FOME GLOBAL. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFBA, 2016. Disponível em: <[https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473017456\\_ARQUIVO\\_ModernizacaoEAGRONEGOCIO\\_artigo\\_01\\_09\\_2016\\_final.pdf](https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473017456_ARQUIVO_ModernizacaoEAGRONEGOCIO_artigo_01_09_2016_final.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2022.

SANTOS, Kátia Hale. JOSUÉ DE CASTRO: desenvolvimentismo e fome no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TEIXEIRA, Leile Silva Candido. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Revista Katálysis**. v.25, n. 3, p. 449-458, 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por tudo de maravilhoso que me ofereceu durante toda a minha trajetória, iluminando minha vida, minhas escolhas e meus caminhos. À pessoa mais importante da minha vida, minha mãe Regina, a mulher mais incrível do mundo, que tanto amo, que sempre lutou por minha educação e para oferecer o melhor para mim, e a quem dedico todo meu trabalho, esforço e dedicação. À Dona Rosália, minha avó de consideração, que tanto considero e garanto que me ajudou a seguir sempre que eu precisei desde pequeno, a ela me falta palavras e, do fundo meu coração, sem ela eu também não teria chegado até aqui. À minha avó Ana, mulher que cuidou da minha mãe e que tanto tenho orgulho de ser a minha querida e amada avó. Aos meus professores, desde o ensino infantil até o ensino universitário, pois só consegui chegar ao fim desse ciclo graças ao trabalho dos meus professores, meu muito obrigado a todos eles. À minha família e amigos, que são meus alicerces, que caminharam comigo, me apoiaram e me ajudaram a ser quem eu sou hoje.

“Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro”.

**Milton Santos**